



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul  
**PORTARIA Nº 108/2020**

002  
003

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Lei 2239/2003;

**RESOLVE:**

**ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para esclarecer os fatos narrados no memorando nº 40/2020 do Núcleo Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda, que informa sobre prejuízos decorrente de acidente de trânsito, conforme documentos anexos, parte integrante desta Portaria, envolvendo o Servidor Público Municipal **FLAVIO JESUS CERON**, ocupante do cargo de Padeiro, matrícula nº 45217, para verificar possível descumprimento de deveres funcionais, previstos no inciso IX do art. 169, da Lei 2239/2003.

**ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

**ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

**ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 20 DE ABRIL DE 2020.

MARCUS VINICIUS MULLER Assinado de forma digital por  
PEGORARO:00825518040 MARCUS VINICIUS MULLER  
PEGORARO:00825518040

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

ALINE DUTRA Assinado de forma digital por ALINE  
WEBER:04346463002 DUTRA WEBER:04346463002  
Dados: 2020.04.21 18:37:01 -03'00'

**ALINE DUTRA WEBER**

**Chefe de Gabinete do Prefeito**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO**

**Senhor Prefeito Municipal:**

A Comissão de Processo Administrativo, designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 108/2020, quais sejam, acidente ocorrido com veículo pertencente a esta Prefeitura, GOL IUL 1982, com o servidor Flávio Ceron, que, ao levar marmitas para famílias carentes, ao passar pela Avenida 20 de Setembro caiu em um buraco e causou dano ao veículo, vem à presença de Vossa Excelência apresentar o relatório conclusivo nos termos a seguir expostos:

**I - PRELIMINARMENTE:**

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal - STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que sequer ocorreu no caso concreto.

**II - CONCLUSÃO:**

A presente sindicância refere-se a um acidente ocorrido com veículo pertencente a esta Prefeitura (GOL IUL 1982), utilizado para levar marmitas para famílias carentes, quando ao passar pela Avenida 20 de Setembro caiu em um buraco e causou dano ao veículo.

Em análise aos depoimentos, que em que pese afirmado que foi uma fatalidade e tratar-se de um ótimo servidor, solícito e disposto a realizar as tarefas propostas, não podia ter dirigido veículo, uma vez que não possui atribuição para tanto e o faz com frequência, ou seja, irregularmente, havendo inclusive ciência dos superiores hierárquicos.

Assim, diante dos relatos supra descritos, no que toca à responsabilidade do servidor, opinamos pela necessidade de que o mesmo sofra advertência verbal, sendo também dado ciência aos superiores da impossibilidade de ordem de realização de tarefa à servidor além de suas atribuições.





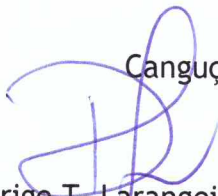
MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR


Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 19 de Setembro de 2022.



Rodrigo T. Laranjeira  
Presidente da Comissão



Carem B. Quintana  
Membro da Comissão

Kauane Pedroso  
Membro da Comissão